

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Acesso aos meios digitais e diversidade cultural não garantem incluso aos sujeitos "vulneráveis".

Lylían Rodrigues.

Cita:

Lylían Rodrigues (2009). *Acesso aos meios digitais e diversidade cultural não garantem incluso aos sujeitos "vulneráveis"*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/539>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Acesso aos meios digitais e diversidade cultural não garantem incluso aos sujeitos "vulneráveis"¹

Lylian Rodrigues

Doutoranda da Universidade Federal de Pernambuco

lylian.rodrigues@gmail.com

RESUMO

Proponho pensar a vulnerabilidade dos sujeitos periféricos a partir do eixo econômico – acesso aos meios digitais – e social – legitimidade da cultura periférica. Propostas de inclusão social com computadores e internet, levados por movimentos sociais, ONG's ou poder público parecem tornar possível a inclusão do sujeito no “mundo” a partir do momento que ele conecta-se a rede. A exclusão do pobre não remete somente a questões de condições econômicas, mas também da exclusão da condição de produtor de cultura com valor. Pois, ainda há desqualificações da música,

¹ Agradecimentos aos professores Cristina Teixeira e Felipe Trotta, respectivamente ministrantes das disciplinas Análise do Discurso e Mídia e Estética, no programa do PPGCOM da UFPE, que me provocaram reflexões para relacionar os temas aos estudos sobre os vulneráveis.

da literatura ou da dança destes sujeitos, afinal de contas, eles não teriam o “bom gosto” para as artes. Bourdieu, em seu livro *A Distinção*, vem trazer essa diferenciação de gostos entre classes, demonstrando uma valoração da cultura a partir de uma produção artística e musical da elite. Quero com o artigo refletir sobre a desqualificação da cultura periférica e a conexão/inclusão na sociedade via web, articulados a homogeneidade e poder ainda dominantes, que só por isso existem ainda os dominados, que só me parece ter trocado de nome para “vulneráveis”.

INTODUÇÃO

O termo “vulnerável social” tem surgido em diversos contextos para tratar dos moradores das periferias. Nos editais para projetos sociais, nos relatórios do governo, nas propostas de organizações civis, entre outros. Seriam assim denominados os que estão desempregados, abandonaram as escolas, moradores de regiões sem condições básicas de higiene, famílias numerosas com baixos salários, os sem lar e órfãos, meninos de ruas e mendigos. Quero me concentrar aqui nos moradores das favelas, que se encaixam em, no mínimo, um dos critérios acima citados. A finalidade é colocar estes vulneráveis em relação à inclusão digital e a diversidade cultural.

Começo o artigo a partir da Análise do Discurso em Foucault, que explicita a exclusão que fazemos discursivamente na nossa sociedade. Não adianta ter o acesso a rede, gritar a cultura da favela se não temos como quebrar a ordem do discurso social dominante da exclusão social. Em seguida, discutirei pontualmente a questão da internet e a diversidade cultural sob a ordem do discurso que exclui.

A ORDEM DO DISCURSO QUE EXCLUI

Vivemos sob um controle do que dizemos.

“Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes

e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade”. (FOUCAULT, 1970)

Se buscarmos compreender qual a desordem do discurso, já estaríamos pensando a partir da ordem institucionalizada (ordem do discurso do Estado). Por isso a dificuldade de realizar a revolução ou o movimento *anti-ordem*, já que pensamos a partir da ordem discursiva institucionalizada pelo Estado, portanto, hegemônica e dominante. A ordem do discurso segrega, exclui. Separa os que estão na ordem e os que estão fora do discurso da ordem. Vou aqui me referir a uma – o interdito – de três formas de exclusão citadas por Foucault – as outras duas são: a loucura e a vontade de verdade. Aliando o interdito a um exemplo de acesso a tecnologia e nem por isso dentro da ordem, portanto, excluído.

Logo no início do texto *A ordem do discurso*, Foucault afirma que sabemos da nossa sociedade excludente e um procedimento conhecido é o interdito. Estes interditos estariam imediatamente vinculados ao desejo e poder. Por isso não falamos tudo que pensamos ou queremos, especialmente quando as questões são políticas e sexuais.

“E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso – a psicanálise mostrou-o – não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque – e isso a história desde sempre o ensinou – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos”. (FOUCAULT, 1970)

É desejo ter a palavra, afinal de contas, quem tem a palavra tem o discurso. Por isso, a expressão excessiva de tal desejo entra em conflito com a instituição (que ordena o discurso), pela justa disputa do poder. E a instituição, por sua vez, busca dar ordem aos discursos, permitindo o dito, satisfazendo assim um pouco do desejo de poder. Entretanto, aos que buscarem pelo interdito - o que não pode ser -, a instituição cerca-se de procedimentos de exclusão, como deixar de dizer. Quando lhe é dada a palavra, numa forma de partilha e rejeição, o discurso pode ser excluído tornando o locutor fora da ordem com menor possibilidade de circulação do seu discurso na ordem dos que circulam. Eles são citados, têm visibilidade, mas não são quem enuncia. Ou ainda, eles têm acesso a internet mas circulam os seus discursos.

O interdito também é parte da construção e funcionamento de um discurso. No Brasil, o governo do Rio de Janeiro começou a construir muros ao redor das favelas com um discurso ecológico de que os barracos estão invadindo as áreas verdes da cidade. Ao reconhecer os não ditos da matéria Veja – que 60% da área verde invadida é por parte dos condomínios de luxo -, já é possível perceber o movimento de formação discursiva e mesmo ideológica, posicionando-se a partir do governo do estado e a favor da construção dos muros. Construindo um discurso que naturaliza a segregação da favela sob muros, contrapondo o discurso construído no texto publicado no Observatório de Favelas – site que agrega as notícias da periferia e posicionamento diante da realidade que a cerca - que se posiciona contra o muro e contra a segregação que vai causar a elevação dos 3 metros de concreto.

Pois bem, a matéria da revista redige a proposta do governo em levantar muros de 3 metros com a justificativa de conter a extensão da favela nas áreas verdes (claro, **sem dizer** que 60% das áreas verdes da cidade já foram devastadas para construir os altos e luxuosos condomínios da elite). Diz ainda que esse é o sinal da seriedade do governo diante da favelização, mostrando que o desafio é o da ordem social (sem citar questões de déficit habitacional da cidade ou dos movimentos da classe média e alta contra as favelas). A ordem, percebe-se, é separar, **excluir**. Ou, muro é sinônimo de unir? Para o governador do estado, Sérgio Cabral, esses são os muros da inclusão. E legitimam-se na opinião pública, divulgada nas estatísticas da Data Folha, que divulga 51% dos entrevistados de menor poder aquisitivo a favor dos muros (entretanto, **não se falou** do plebiscito na Rocinha contou com 1.111 contra e 56 a favor). Todos os dados não ditos na matéria da revista são encontrados no site do Observatório das Favelas ainda que pouco acessado.

INCLUSAO DIGITAL E EXCLUSAO SOCIAL

“A exclusão digital – mesmo no seu sentido mais amplo – pressupõe uma cadeia de causalidade: a falta de acesso (definida de qualquer modo) à informática e à internet reduz as oportunidades de vida. Embora essa idéia seja incontestavelmente verdadeira, o inverso também é verdadeiro: aqueles que já estão marginalizados terão menos oportunidades de acesso e de uso da informática e da internet. De fato, tecnologia e sociedade estão entrelaçadas e são co-constitutivas, e esse complexo inter-relacionamento

torna problemática qualquer hipótese de causalidade” (WARSCHAUER, 2006, pag. 23)

O discurso e a ordem do discurso estão em jogo nos processos sociais independente do “meio” – impresso, interacional, digital. No que tange a era digital, a necessidade por estar conectado veio com o *boom* da rede/internet e ao fenômeno pontocom, que, respectivamente, reconfiguraram a sociedade e a economia. A tecnologia tinha sempre uma referência como progresso, possibilitando o crescimento econômico em escala mundial, mostrando-se como um alcance global da economia de mercado e lucrativo, possibilitando ainda conectar pessoas do mundo inteiro, no ciberespaço. Progresso é uma palavra que passaria a definir a tecnologia e quem não estivesse conectado, estaria ficando para trás.

Com o tempo, surgem os questionamentos e as problematizações. Entre eles, perceber que a segregação de classe e a ordem do discurso que exclui permanecem atuando nos processos sociais dos quais a tecnologia é parte, não externo a ele, por isso, deve ser pensado relacionalmente. Ou seja, a tecnologia não é um elemento externo à sociedade que vai ser introduzido e gerar a idéia de inclusão. Essa idéia tem que surgir da própria sociedade e refletir na tecnologia. Entretanto, este discurso de forma alguma elimina afirmar que é fundamental a inclusão digital para a inclusão social, mas o movimento é inverso. A exclusão social pode afetar mesmo os que têm acesso a computadores de altíssima tecnologia com acesso turbo, basta o indivíduo sofrer exclusões por outros fatores como gênero, identidade, preferência sexual ou idade. O mesmo processo ocorre com os vulneráveis, excluídos pela classe social.

Se os processos sociais (política, economia, sociedade) acompanham a tecnologia e os avanços para tais relações, é fato que as tecnologias de informação e comunicação são pré-requisitos para a vida digital. Para tal, ressalto um cálculo matemático do Professor Antônio Mendes Filho: **Inclusão Digital = Inclusão Social + TIC's.**

Diante disso, a tecnologia da informação e comunicação chama a atenção para efetivar a inclusão digital. Mas, talvez, possamos estar discursando e esquecendo que a inclusão social é essencial para a inclusão digital. O governo também parece não ter ainda se dado conta da parcela de soma “inclusão social”, pois os investimentos e esforços no desenvolvimento de políticas em termos de tecnologia são sempre para a estrutura de suporte, computadores, estantes e cadeiras. Entretanto, por muitas vezes, nem os professores se sentem capacitados para o uso da internet nas

aulas, mantendo os laboratórios trancados ou sem uso. Ou ainda, existem os casos em que o equipamento é tão depreciado que se torna custoso para as escolas a reforma.

No mesmo artigo, é possível observar alguns dados da sociedade brasileira com relação a inclusão digital. Segundo dados do IBGE:

- Apenas 11% dos domicílios brasileiros têm acesso a Internet
- Apenas 15% dos domicílios brasileiros têm computadores;
- O estado que dispõe de mais usuários com acesso a Internet é São Paulo e o índice é inferior a 20%.

A inclusão digital está mais longe do que se é possível imaginar quando observamos as pesquisas e saímos da nossa realidade e vamos a nível nacional. O que dirá a inclusão social. Aí argumentamos sobre a *lan house*. Por R\$ 1,00 os moradores acessam a internet 1h. Eles, assim, teriam outros parâmetros de custos. Durante os anos de 2004 e 2006, realizei pesquisas em escolas públicas na região metropolitana de Belém (PA) e Porto Alegre (RS). Ao entrar nas salas e conversar com os meninos de 5ª a 8ª séries, a maioria possuía perfil no Orkut ou uma página na internet. O problema não está centralizado no acesso, mas, claro, ainda aguarda solução a questão da renda e com isso a possibilidade de melhor acesso. Entretanto, eles já têm o acesso apesar dos valores. Mas, eles acessam que conteúdos? Com que finalidade? Então, também a sociedade requer uma educação digital, mas não simplesmente digitalizada ou informatizada.

A DIVERSIDADE CULTURAL E A ORDEM DA CULTURA

O livro de Pierre Bourdieu, *A Distinção*, foi uma das leituras que mais me causou conforto e desconforto ao mesmo tempo. É uma leitura que ao tornar explícita a segregação de classes (no caso desta pesquisa, a partir do valor do gosto pelas artes), me fez compreender certas estratégias de como se segregam as classes – como a valoração do gosto com efeito de qualidade feita a partir de um gosto da elite -, me fazendo compreender a reprodução da segregação social até hoje por meio das artes. Segundo a leitura do livro, destaco a compreensão da existência de uma

“hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas -, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos

consumidores. Eis o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da ‘classe’ (...) A nobreza cultural possui, também, seus títulos discernidos pela escola, assim como sua ascendência pela qual é avaliada a antiguidade do acesso à nobreza” (BOURDIEU, 2006, p. 9).

Para Bourdieu, a origem social e a educação são as formas de distinguir os consumidores. Ele define esta cultura da elite como a legítima, sendo dela que emana toda a valoração. Ele nem entra no debate da indústria cultural, que seria o momento de entrada mais forte no intuito de valorizar a cultura popular, a cultura de “massa”. Porém, mesmo sem ter esse viés, vale compreender que a estratégia de valoração de uma cultura da nobreza como a cultura legítima, rebaixa todas as outras culturas advindas. Essa herança que Bourdieu explicita, reconhecemos até hoje. Por exemplo, onde estão as histórias dos “bregas” dos anos 70, no Brasil?

O senso estético era uma das estratégias de distinção:

“A disposição estética é a dimensão de uma relação distante e segura com o mundo e com os outros que pressupõe a segurança e a distância objetivas (...), é, também, a *expressão distintiva* de uma posição privilegiada no espaço social, cujo valor distintivo determina-se *objetivamente* na relação com expressões engendradas a partir de construções diferentes”. (BOURDIEU, 2006, p.56)

A intenção é classificar os sujeitos sociais operando a percepção estética entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar. Como se essas expressões fossem objetivas, e segundo Bourdieu, que também cita Kant, o belo é o enlevo e o feio é o prazer. Então, os apelos ao corpo seriam o vulgar enquanto o distinto seria a ligação com algo “superior” ao corpóreo, e sim uma ligação com a mente.

Tal herança se fortalece até hoje ao defrontarmos-nos com a cultura da periferia. Existe uma afirmação pela diversidade cultural dos lugares, dos espaços, dos povos, entretanto, não basta afirmar que existe uma diversidade cultural se existe um rebaixamento das produções dessa cultura diversa. Também a leitura de *A Distinção* desperta para encontrar hipóteses para tal rebaixamento e reprodução até hoje, como a afirmação de que “o ‘olho’ é um produto da história reproduzido pela educação” (p.9). Ou ainda quando ele afirma que “a obra de arte só adquire sentido e só tem

interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada” (p.10). Como se dá a difusão dos códigos da cultura da periferia para além das comunidades? Os códigos reproduzidos na escola não estão “conectados” aos movimentos culturais da periferia. Como a inclusão digital pode favorecer a inclusão social da diversidade cultural?

Observemos o acesso às rádios, às grandes produtoras, aos museus, aos espaços de exposição, aos teatros. Quem produz a “cultura” divulgada nestes espaços? Quantos de nós paramos para escutar rap ou ir um show de grupos de *hip hop*? Quantos que acessam o *myspace* pesquisaram sobre o rap? Não estou com isso dizendo que todos devemos ir aos shows, pesquisar na internet sobre o rap e ainda dizer que tudo tem qualidade. Entretanto, é preciso reconhecer que os códigos não circulam e não os reconhecemos, que os valores e critérios de gosto não são discutidos e reavaliados para julgarmos o que não é da “alta” cultura também como produção de bom gosto, ou seja, com uma estética aprazível.

O funk carioca sempre foi mau visto pelos críticos musicais. Som que só “mexe a bundinha” e com letras pra lá de “baixo calão”. Após a TV Globo, principal emissora brasileira, gravar cenas da personagem Raíssa, interpretada pela atriz carismática Mariana Ximenes (novela América), em diversos bailes funks, o som passou a fazer parte de noites cariocas e de outras capitais. Tati quebra barraco despontou com shows e nome. A diversidade cultural entrou na ordem do discurso a partir da mídia. Entretanto, ainda com o rótulo da “música pobre” por causa das letras e das batidas. Ainda que gere 10 milhões por mês na capital carioca².

CONCLUSÕES

A tecnologia vem compreendida enquanto ferramenta para o acesso e ampla divulgação desta diversidade cultural, entretanto, a tecnologia per si não fomenta a inclusão social à medida que a sociedade não reconhece os bens culturais produzidos na favela como de boa qualidade ou não alimenta a inclusão digital via inclusão social. O discurso é fundamental para a compreensão da exclusão, pois é nele que se justifica a ordem que tem mantido separadas as classes sociais, numa hipótese de ordem social. E é no próprio discurso que vamos amenizando ou mesmo disfarçando a exclusão social com questões de diversidade cultural ou inclusão digital, sem nos percebermos que a briga deve confrontar a inclusão social. Assim como próprio termo “vulnerável” disfarça

² <http://diariodorio.com/funk-carioca-gera-mais-de-10-milhes-de-reais-por-ms/>

“excluído” ou “dominado”. A tecnologia, primeiro, deve sobrepor à compreensão de técnica e encontrar-se na compreensão de processo social. A cultura deve sobrepor as questões de valor estético de uma elite dominante e ganhar circulação e visibilidade com apreciação. Quero ter fomentado a discussão de inclusão social como prioridade. A partir do momento que superamos a valoração da cultura a partir da qualificação por parte de uma elite ou superamos a inclusão digital como o acesso a computadores e internet, acredito alcançarmos a real briga, pela inclusão social.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2006.
- FILHO, Antônio Mendes. *Inclusão Digital = Inclusão Social + TIC's*. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/057/57silvafilho.htm *último acesso em 19 de maio de 09*
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.ebookcult.com.br/acervo/livro.php?L=269&cat=PHI000000> *último acesso em 19 de maio de 09*.
- WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: o debate da exclusão digital*. São Paulo: Senac, 2006.